Capitulo 1 – A formação das monarquias centralizadas europeias

O surgimento da moeda, juntamente com o crescimento do comércio, o desenvolvimento das cidades medievais, que atraiam os servos que buscavam a oportunidade de fugirem dos domínios feudais, tudo isso aliado ao fortalecimento do poder real (monarquia), foram essenciais para que o sistema feudal entrasse em declínio e desse início às monarquias centralizadas.

Uma Monarquia centralizada, se caracteriza pelo fato do poder está centralizado nas mãos do rei, que governa de forma vitalícia. O poder ocorre de forma hereditária, ou seja, de pai para filho, portanto não há eleições para a escolha de um monarca. O rei detém o poder sobre praticamente todas as decisões em seu reino, sendo a autoridade máxima em toda sociedade, sendo apoiado por um exercito forte, que estava sempre a serviço do soberano.

Na Inglaterra, a monarquia se desenvolveu com um eficiente sistema administrativo para a cobrança de impostos, foi decretado um sistema de leis para todos os súditos e constitui-se um forte exército para efetuar conquistas e combater inimigos e revoltosos. Já na França, quando o poder passou para as mãos da Dinastia Capetíngia (iniciada por Hugo Capeto), os monarcas buscaram submeter os senhores feudais e a Igreja ao poder do rei, diferentemente da dinastia anterior (Dinastia Carolíngia) na qual seus governantes se submeteram aos senhores feudais.

A crise do século XIV, foi marcada pela guerra, peste e fome. A guerra entre a Inglaterra e a França, pelo trono francês (Guerra dos Cem Anos), resultou na destruição de lavouras, que já estavam sendo assoladas pelas mudanças climáticas, o que causou uma grande onda de fome em várias regiões da Europa. Muitos camponeses também eram levados para a guerra, o que juntamente com a fome e a alta taxa de impostos (para custear a guerra) resultou na revolta dos camponeses na França. Aliado a todos esses fatores, uma grave epidemia, conhecida como peste negra, provocou a morte de milhões de pessoas pela Europa.

Diversos foram os fatores que contribuíram para o fim da Idade Média, dentre eles as sucessivas guerras, as epidemias (peste negra) e a fome, que afetaram principalmente a camada mais pobre da sociedade. Aliados a tudo isso, com a expansão das viagens ultramarinas e a descoberta de novos continentes, o crescimento das cidades e a formação de novos grupos sociais, acabaram transformando profundamente o sistema feudal, que aos poucos foi substituído pelo capitalismo comercial.

Capitulo 4 – O Renascimento Cultural

O Renascimento Cultural, se iniciou no começo do século XIV, na península Itálica, devido à urbanização e ao desenvolvimento da burguesia, e depois foi se espalhando pelo Ocidente. Os intelectuais e artistas da Europa, começaram a buscar no passado clássico da Grécia e de Roma, respostas para os problemas dessa nova sociedade. Ao olhar para o passado, eles desenvolveram uma visão cada vez mais racional, exata e matemática do mundo e da natureza. No renascimento, o ser humano passou a ser o centro de tudo (diferente da Idade Média, onde Deus era o centro de Tudo). Assim, os renascentistas recuperaram a ideia grega de que "o homem é a medida de todas as coisas".

Os renascentistas buscavam inspiração nos inúmeros monumentos e vestígios das civilizações greco-romanas, que foram preservados nas cidades da península Itálica, que os incentivou a recuperar as obras e ideias da Antiguidade Clássica. Esses artistas e pensadores renascentistas, eram patrocinados pelos chamados **mecenas**, que eram ricos negociante, nobres e papas, que buscavam exibir sua riqueza e suas crenças e afirmar seu poder por meio da arte.

A Arte Renascentista era caracterizada pelo:

- Antropocentrismo (ser humano era o centro de tudo);
- Individualismo (ideia de que cada indivíduo era responsável por seu sucesso ou fracasso);
- Racionalismo (o conhecimento resultava da observação e da experimentação);
- Otimismo (devido ao intenso período de conquistas e desenvolvimento, ocorreu uma grande euforia e expectativa de acontecimentos positivos).

Capitulo 5 – A Reforma Religiosa e a Contrarreforma

A Reforma Protestante, surgiu devido a necessidade de serem impostas novas mudanças na Igreja Católica no início da Idade Moderna, que foram defendidas por membros da própria Igreja. Era necessário mudar os costumes da instituição e o comportamento do clero, vistos como cada vez mais distantes da mensagem de Cristo.

John Wyclif condenou a venda de indulgências (perdão) e insistiu na autoridade suprema das Sagradas Escrituras, destacando que a opinião da Igreja não substituía a leitura da Bíblia. Já John Huss, retomou essas propostas e em sua crítica à Igreja de Roma, ressaltou que ninguém poderia representar Cristo ou São Pedro se não os imitasse em seus costumes.

Martinho Lutero foi um monge e professor da Universidade de Wittenberg, que revoltado com a venda de indulgências, em 1517 fixou na porta da Igreja local um texto com suas 95 Teses, em que criticava com rigor a troca das penitências por dinheiro. Ele foi apoiado pelos nobres que ambicionavam apoderar-se das terras da Igreja e pelos camponeses que desejam escapar das obrigações feudais. Depois de diversos confrontos entre as tropas imperiais e os partidários da Reforma, um acordo de paz foi assinado e assim, o luteranismo foi confirmado como triunfante nos territórios do Sacro Império.

O francês João Calvino, inspirado pelo luteranismo, publicou os fundamentos de seu pensamento, fundando assim o calvinismo. Para os calvinistas, o culto e as práticas religiosas eram simples e rigorosos, resumindo-se a comentários da Bíblia, preces e cantos. Imagens não eram admitidas e só os sacramentos da eucaristia e do batismo eram aceitos. Eles não consideravam os pastores como intermediários entre Deus e o homem, mas sim como fies encarregados da pregação e das preces. Eles também acreditavam que o sucesso econômico seria reflexo da predestinação do indivíduo. A miséria era a demonstração concreta dos males e pecados humanos e devia ser combatida.

O rei Henrique VIII, iniciou a reforma protestante na Inglaterra, não por motivos religiosos, mas sim por uma questão pessoal. Insatisfeito com sua esposa Catarina de Aragão, que não lhe deu herdeiros homens, o rei pediu ao papa a anulação de seu casamento para poder se casar com Ana Bolena (uma dama da corte). A Igreja não aceitou o pedido do rei, que diante do impasse, anunciou a submissão do clero católico inglês ao poder do monarca. Henrique VIII se proclamou chefe da Igreja Inglesa, que ficou conhecida como Anglicana e que se consolidaria apenas no reinado de sua filha com Ana Bolena, a rainha Elizabeth I.

Para conter a difusão das ideias protestantes, as autoridades católicas promoveram um movimento que ficou conhecido como Contrarreforma. Um instrumento eficaz da Contrarreforma foi a Companhia de Jesus, na qual os membros (chamados de jesuítas) utilizavam o dom da palavra e o conhecimento profundo da Escrituras e das línguas de outros povos, para difundir o catolicismo romano. O Concilio de Trento, reafirmou o livre-arbítrio, o culto aos santos e à Virgem, a supremacia do papa, a venda de indulgências e de cargos eclesiásticos ficou proibida, entre outros. A Igreja também passou a perseguir e condenar os hereges, no que ficou conhecido como Inquisição. A Contrarreforma também se utilizou da censura e da intolerância religiosa, como meios de conter os movimentos protestantes.